
Processos de inscrição: burocracia, identidade e gestão do tempo durante a remoção urbana em uma ilha de Porto Alegre

Inscription processes: bureaucracy, identity and time management along an urban removal on a Porto Alegre island

André Silva Nectoux



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/10413>

DOI: 10.4000/pontourbe.10413

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrónica

André Silva Nectoux, «Processos de inscrição: burocracia, identidade e gestão do tempo durante a remoção urbana em uma ilha de Porto Alegre», *Ponto Urbe* [Online], 28 | 2021, posto online no dia , consultado o 31 julho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10413> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.10413>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 julho 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Processos de inscrição: burocracia, identidade e gestão do tempo durante a remoção urbana em uma ilha de Porto Alegre

Inscription processes: bureaucracy, identity and time management along an urban removal on a Porto Alegre island

André Silva Nectoux

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 29/04/2020

Aceitação / Accepted 13/05/2021

Introdução

- 1 A construção da segunda ponte sobre o Lago Guaíba foi uma das obras urbanas de grande porte que a cidade de Porto Alegre recebeu nos últimos sete anos e que integra o rol de empreendimentos de Infraestrutura Social e Urbana do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, criado em 2007 pelo governo federal. No ano de 2014 foram iniciadas algumas das etapas para a implementação da obra - apresentação do projeto e das propostas de contrapartidas às remoções urbanas para as comunidades atingidas e o cadastramento destes grupos pelos agentes públicos responsáveis pela gestão do empreendimento.
- 2 Como um dos principais empreendimentos do estado do Rio Grande do Sul, tendo como responsável o Ministério das Cidades juntamente com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o consórcio executor das obras, Queiroz Galvão

e EGT Engenharia, terá a ponte uma extensão de 12,3 quilômetros e 27 metros de largura, interligando a cidade de Porto Alegre ao sul do estado por meio de uma travessia sobre o Delta do Jacuí (DNIT 2014). O empreendimento tem grande relevância econômica para o estado, permitindo a maior vazão de mercadorias, muitas delas com destino ao porto no município de Rio Grande/RS, assim como uma alternativa à ponte anterior de forma a diluir o intenso tráfego localizado em uma das entradas para a capital. Apesar de seu início em 2014, a obra passaria por diversos episódios de atrasos, entraves, embargos na justiça, falta de orçamento e conflitos referentes ao relacionamento entre empreendedor e população, culminando num vagaroso desenrolar da construção, a qual teve sua retomada apenas no ano de 2017 e que prossegue até o presente.

- 3 Ao longo de 2017 desenvolvi minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso (Nectoux 2018), com a orientação do prof. José Carlos Gomes dos Anjos, e também completava meu segundo ano em estágio junto ao Setor de Sociologia da Defensoria Pública da União, órgão que atuava nos processos judiciais na Justiça Federal em defesa dos pleitos das comunidades afetadas pelo empreendimento. A etnografia que realizei na época foi composta pelo conjunto de entrevistas que fiz com moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, localizada no bairro Arquipélago em Porto Alegre; minhas anotações acerca das situações sociais foram presenciadas como estagiário da DPU, tendo observado o relacionamento entre populações impactadas e agentes públicos envolvidos em diferentes âmbitos da administração da obra e as informações coletadas junto a documentos judiciais e extrajudiciais, cadastros do DNIT e EIA/RIMA do projeto da ponte, aos quais obtive acesso pela DPU autorizado através de solicitação formalizada.
- 4 A partir do percurso que empreendi em diálogo com as pessoas diretamente impactadas pelas remoções e a observação de determinados episódios desse processo em seus mais diversos graus, o que pretendo explorar neste artigo são as consequências da agência estatal sobre o território das cidades e as políticas de promoção de uma certa *ideia de urbanidade* e espacialidades próprias. Na esteira desta análise busco evidenciar alguns dos efeitos da burocratização envolvidos nas relações entre agentes públicos e moradores, as quais promovem impactos espaço-temporais na vida desses sujeitos (Magnani 2003; Velho 2013).
- 5 No percurso que pude traçar durante minha pesquisa junto aos moradores da ilha, o *drama desenvolvimentista* (Ribeiro 2008:121-122) se fez presente como um campo analítico possível. A forma como os gestores e agentes públicos conduziam uma obra como essa apresentou especificidades técnicas e formas de poder que são partilhadas em demais episódios de remoções urbanas nas cidades brasileiras (Magalhães 2019; Cardoso Melo; Jaenisch 2015). As “temporalidades burocráticas” e procedimentos normativos envolvidos nas etapas desta obra provocaram drásticas modificações sobre o cotidiano da vida das famílias impactadas; processos de cadastramento e identificação acabavam por promover novas formas de integração dessa comunidade na vida pública e na forma com que experienciaram subjetivamente esses processos, ao que venho chamar, mais adiante, de *processos de inscrição*.

Agências no tempo

- 6 [...]Agora eu vou ficar morando mal, pra saber quem sabe quando sai a ponte? (trecho de entrevista com Jane, 2017)
- 7 Durante o ano de 2014 foram realizados os cadastros (DNIT 2014:10-333) de grande parte das pessoas que residem na Ilha Grande dos Marinheiros e que se encontravam em áreas de influência da obra, processo esse que consistiu na atuação de agentes de serviço social contratados pelo consórcio de empresas responsáveis pela construção da ponte e agentes do DNIT. O procedimento contou com o cadastro de mais de quinhentas famílias residentes em área abrangida pelo projeto, além de adjacências. Este prognóstico permitiu que fosse constituído um perfil dos residentes da ilha que viriam a ser removidos/relocados futuramente, bem como criar um banco de dados acerca das características das residências.
- 8 Os cadastros eram compostos por dados socioeconômicos, informações infraestruturais sobre a residência além de dados acerca da escolha de contrapartida optada pelo titular. Ademais, uma vez realizado o registro, isso permitia ao DNIT o direito de impedir toda e qualquer modificação ou benfeitoria a ser realizada pelos proprietários das casas. O denominado “congelamento” dos cadastros se dava a partir da data de seu registro e tornou-se o parâmetro que viria embasar os procedimentos compensatórios à remoção - indenizações, compras assistidas ou unidades domiciliares em condomínios Minha Casa, Minha Vida (este último nunca veio a ser construído). Os cadastros também viriam servir como objetos de embasamento para a atuação em defesa dos moradores, feita pela Defensoria Pública da União durante as audiências de conciliação.
- 9 Tendo acompanhado a situação a partir de 2017, ano em que as obras foram retomadas, foi possível observar que a recorrente reclamação, diante da forma com que o Estado e agentes públicos lidavam com a situação, tratava-se da falta de informações e a consequente incerteza diante de uma obra que teve seu “ensaio” quatro anos antes. O clima de incertezas provocava insatisfação com a forma através da qual agentes se comunicavam (ou não) com os moradores, bem como viria a desencadear os rumores sobre a possibilidade da obra nem ocorrer, como pude ouvir de um morador “Mas nada é certo, o que a gente pensa é que tudo é político, tudo é problema político [...] Os políticos andam tudo atrapalhado, falta de verba e seria isso aí. Eu acredito que nunca vão mexer aqui com nós”. A forma com que o Estado administrava o cronograma da obra e comunicava determinados procedimentos, de maneira a prosseguir com o planejado, demonstrou-se pouco transparente para as pessoas diretamente afetadas.
- 10 O que se pode observar na forma com que o Estado lida com os espaços da cidade não é apenas o poder de realizar a mudança material dos lugares, provocando um impacto físico na vida das pessoas pelo efeito de desfiguração de um território. Existe uma agência de poder constituída pelo conjunto de tecnologias, saberes e direitos no planejamento urbano: o espaço urbano como uma obra (Lefebvre 2008:54). A cidade é escrita, isto é, envolve trajetórias de pessoas e de grupos bem determinados que mobilizam instituições, aparelhos, mecanismos disciplinares (Foucault, 1999) em determinadas condições históricas, sob determinadas gramáticas, nos mais diferentes contextos; a cidade como um emaranhado de territórios e suas tensões que constituem um campo do urbano: atravessado por um conjunto de agenciamentos, saberes e as formas políticas de ocupação dos espaços a se habitar-transitar-viver (Lefebvre 2008).

- 11 A agência estatal também influencia a *temporalidade* das vidas. Frente a um projeto de “aceleração do crescimento” a implicação do tempo se torna elemento imprescindível dentro da gramática burocrática com que as etapas da obra deveriam transcorrer, o que permite um contraste de experiências de tempo - para o Estado e moradores. O efeito causado pelo *congelamento* da possibilidade de alterações serem realizadas nas residências, a partir do cadastramento, mostrou-se como uma violência a longo prazo para os moradores da ilha: a região sofre anualmente com períodos de alagamento intenso o que provoca a deterioração de muitas residências e, no período de três anos compreendido entre o cadastramento e o efetivo início das obras e dos processos de realocação, tal impeditivo viria a implicar uma série de empecilhos e dificuldades na vida desses moradores.

[...]- Mas agora imagina, tu tá na tua casa. Tua casa tá toda errada. Tu tem um troquinho pra poder arrumar pra ti ficar melhor, eu acho que a pessoa tem que arrumar. E aí depois bota abaixo...que vão receber outra casa em troca.

- E eles iam contar que a enchente ia destruir tudo a casa das pessoas? (trecho de entrevista com Jane e Keise, 2017)

- 12 As famílias vieram a crescer, enchentes ocorreram, pessoas chegaram e saíram da ilha, e muito da região já havia se modificado e se tornaram recorrentes os relatos acerca da falta de informação e clareza sobre os procedimentos e regras repassados. Agentes públicos e sistemas burocráticos administram e instauram novas formas de temporalidade: os procedimentos de cadastramento, orientações aos moradores e prazos apresentados acabaram por ser completamente desconsiderados ao longo dos anos em que a obra não ocorria. É necessário considerar que a rede dos três poderes - governos federal, estadual e municipal - continha seus próprios “enredos” burocráticos e conflitos de poder que contribuíram para atrasos e vagarosidade das obras. Este atraso, somado à ausência dos órgãos responsáveis em reuniões com a população, permitiu que houvesse um agenciamento pela *desinformação* e disseminação de rumores, provocando o desencadeamento de alguns conflitos entre moradores.
- 13 As propostas de contrapartidas (DNIT 2014:10-15; DNIT 2014:10-14) também sofreram com inúmeras alterações ao longo dos anos, em consequência do que ocorria nos gabinetes: das três alternativas de compensação pela remoção - indenização, compra assistida de um imóvel pelo Estado ou realocação para unidade habitacional na ilha - viria a restar, basicamente, apenas uma¹. O processo de espera diante das incertezas provocou em algumas pessoas problemas relacionados à ansiedade e pânico diante de um futuro incerto sobre sua remoção da ilha. Esse efeito de “suspensão do futuro” apresentava-se também como uma forma de poder exercida pelo Estado e que resultou em um gradual êxodo da ilha. Faço destaque para a relevância da área em que Ilha Grande dos Marinheiros se encontra, devido a seus atrativos naturais em consequência da localização e, embora não vá tratar deste elemento no presente artigo, é necessário mencionar que a região vem sofrendo nos últimos anos forte pressão do mercado imobiliário e turístico, setores estes com grande influência eleitoral sobre as gestões municipal e estadual.
- [...]São violações! Duas violações, na verdade: uma é a invasão, a outra é a violação psicológica, violentando brutalmente a comunidade. A obra é importante para Porto Alegre, mas o mais importante são as famílias. (Beatriz, relato da reunião Defensoria Pública da União 2017)
- 14 A partir dessa dimensão biopolítica dos corpos é que certos depoimentos me trouxeram uma impressão da “gestão do tempo” da vida dessas pessoas, influenciada muitas vezes

pelo cronograma previsto para toda a obra da ponte; vidas que obedeciam cada vez mais ao fluxo de atores “outsiders”. Existe uma dimensão do tempo cotidiano da vida na ilha que não é compatível com o da obra; a ação incisiva dos órgãos públicos envolvidos exerce uma temporalidade em detrimento da outra e, ao passo que a retórica e a desinformação se perpetuam como uma forma de garantir a ordem, sem restituir respostas, tais elementos constituem um sentimento de apreensão e angústia sobre os sujeitos afetados.

“Gramática burocrática” e processos de inscrição

- 15 Os procedimentos aplicados pelos gestores da obra – cadastramento, fiscalização das moradias, delimitação da faixa de domínio da obra, áreas para reassentamento das famílias atingidas, dentre outros – se apresentaram como mecanismos de *inscrição* desta população em uma nova dinâmica de gestão do espaço em que vivem. Através da inscrição desses habitantes da ilha em cadastros empreendidos pelo DNIT, não é apenas a sua identificação transformada em códigos, nem tampouco uma série restrita de opções à disposição como forma de contrapartida a sua saída compulsória. A vida cotidiana dessas pessoas se vê mudada, pois existem implicações restritivas e disciplinares (Foucault 1999) no manuseio de suas casas, submetidas a regimes de vigilância e fiscalização o que dá uma dimensão de legalidade, do que é ou não permitido fazer com sua própria residência.
- 16 A *inscrição* como a designação aqui não é apenas a material, em registros e arquivos quantitativos, correspondentes a um código (as casas possuíam os códigos de cadastro pintados em suas fachadas). O procedimento apresenta-se também como uma operação do poder estatal exercido sob determinado grupo de baixa renda, localizado em região periférica na qual grande parte das residências não são regularizadas e portanto não pagam impostos urbanos como IPTU ou taxa de energia elétrica. Da mesma maneira, também não há documentos de propriedade dos terrenos, localizados em região de notório atrativo turístico e imobiliário. Desta forma, as pessoas residentes no território da Ilha Grande dos Marinheiros passam a ser *evidenciadas* pela administração pública permitindo que esta as incorpore em novos contextos de controle. A consequência da contrapartida ao deslocamento dessas pessoas se apresenta como sua inserção em um contexto de controle espacial e de filiação econômica desta população, anteriormente alheia a determinados impostos, agora tendo que arcar com novas despesas.
- 17 Os processos envolvidos na realocação das famílias apresentam uma fricção direta entre realidades divergentes onde a burocracia, através de uma *gramática* própria, provoca o enredamento dos sujeitos em novas linguagens, ambientes e normativas que são “estrangeiras” à vida cotidiana em diversos contextos. Desde os termos técnicos utilizados na apresentação do projeto, até os jargões jurídicos durante as cruciais audiências de conciliação e negociação de valores reparatórios, as pessoas se viram enredadas em linguagens de um sistema burocrático o qual possui regras e temporalidades próprias a seu constructo simbólico (Herzfeld 2016).
- 18 A forma “desincorporada” pela qual o Estado gere determinados conflitos é perceptível em situações limites que demonstram, sobretudo, uma discursividade própria, um determinado saber exercido sobre a cidade (Foucault 1999; Lefebvre 2001). Diante de tais situações, enredos burocráticos apresentam técnicas particulares que não simpatizam com a realidade dos sujeitos, ocorrendo uma produção de abstrações

espaço-temporais que necessitam de identificações compulsórias e estereotipadas (Herzfeld 2016). De certa maneira, o poder estatal se atualiza através de esquemas e protocolos técnicos que dão a impressão da diluição de poder diante de muitos fatores (agentes) responsáveis por pequenas etapas e ordenamentos.

- 19 Pensar a cidade é pensar as várias cidades que se constituem pelos sujeitos que nelas habitam e produzem este espaço, essa malha em que as relações sociais se desenrolam. Por isso ao conduzir minha pesquisa com os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, tanto na própria ilha quanto em outros locais, o que podia ver se constituindo ali eram diferentes perspectivas do que é uma cidade (Maricato 2000) e, de fato, quais métodos e discursos compõem as ideias de algo que, às vezes, se constitui muito abstratamente como o conceito de “urbano”.
- 20 Quando necessidades infraestruturais como saneamento básico ou maior número de creches surgiam como demandas da população em reuniões que presenciei, foi possível notar a existência de certa invisibilidade da região em relação aos interesses dos gestores públicos do município. Contudo, o implemento de uma obra como essa, de interesse do Governo Federal, constituiu um episódio de fricção entre diferentes interesses. É o momento em que a cidade se polariza - cidade formal e informal: o desejo de implementar uma obra de interesse econômico não só para Porto Alegre como outros municípios do RS, e que se constituía sobre a esteira do discurso desenvolvimentista que o governo federal vinha promovendo; em contraste com a Ilha Grande dos Marinheiros, uma das ilhas mais populosas do bairro Arquipélago e que abriga famílias em sua maioria de baixa renda - quase 50% recebem entre um até menos de dois salários mínimos (dados referente a índices de 2015), e que vivem sobre um território sem um planejamento infraestrutural. O que se apresenta neste conflito, e o que procuro versar sobre, não é apenas que há uma diferença de interesses e a sobreposição do poder público sobre a vida dessas famílias, mas sim que os agentes e instituições da esfera pública circunscrevem essa população numa trama de procedimentos burocráticos - identificação, mapeamento e zoneamento, fiscalização, vigilância - para que possam enfim aplicar seu empreendimento dentro da agenda de governo.
- 21 Pensar os mecanismos, mobilizados por instituições públicas e privadas, é percorrer os discursos que compõem a posição de poder nos quais se inserem os movimentos desta obra. Ou seja, é intencional que procuro falar sobre o planejamento urbano (Araújo; Campos; Soares, 2016; Magalhães 2019; Maricato 2000; Santos 1993), mas apenas para tratar de outro universo que se encontra atrelado: o campo do desenvolvimento (Ribeiro 2008) - seus atores, instituições, estrutura burocrática - e a mobilização de tecnologias de poder para disciplinar os corpos conforme interesses ideológicos específicos, estabelecendo uma rede de ordenamento de determinados grupos (Agamben 2015; Foucault 1999; Herzfeld 2016).
- 22 O Estado configura seus próprios mecanismos para que suas práticas se constituam como racionalmente e tecnicamente orientadas (Weber 1985), de certa forma tornando o discurso em ordem impessoal e inquestionável de seu poder. Cabe à burocracia instaurar-se como ferramenta basilar, permitindo a agência do poder de forma que ele, não elabore um rosto (Agamben 2015), muito menos um corpo, assim como a “cidadania” seja o argumento de identificação dos sujeitos, tornando o sistema com uma ampla gama de procedimentos que construam identidades e afetem as subjetividades (Herzfeld 2016).

- 23 No contexto das remoções ocorridas na ilha houve, ao longo dos anos de espera diante dos atrasos na construção, diversos moradores que, apesar de terem optado pela alternativa de permanência na ilha, acabaram, nos anos seguintes, abdicando dela e optando pela realocação em outros lugares por meio da compra assistida em consequência de inúmeros fatores: desde problemas estruturais nas residências e a impossibilidade legal de realizarem benfeitorias até a desassociação afetiva de bairros e relações entre vizinhanças. Além disso, a obra vem constantemente sendo embargada por entraves políticos de sua gestão e orçamento; muitos recursos acabariam retidos em Brasília devido a mudanças de gestão, corte e teto de gastos do setor público. Mas nesses percalços que postergam a conclusão da obra (a qual, no presente momento, ainda segue em execução), pouco se viu do progresso de outro elemento fundamental nos primórdios do projeto apresentado: os conjuntos habitacionais que iriam abrigar as famílias que escolheram permanecer na ilha.

Identificação e (des)informação

- 24 As incertezas frente à falta de informações relatadas em entrevistas e reuniões pelos moradores da ilha demonstram um aspecto das formas como o Estado exerce agência de maneira a não apenas desencadear ações. O que existe é uma forma de poder que se exerce na ausência, na inércia dos agentes públicos.

Não sabemos de nada! Nós não temos definição de nada! Vemos as estacas sendo colocadas, mas nós não temos resposta pra nada. Como desmontar a casa se não sabemos se e quando vamos sair? Onde vamos morar? Em época de eleição muitos aparecem, mas depois somem! (...) A ponte anda, mas a realocação das famílias não! (Liane, relato durante reunião Defensoria Pública da União, 2017)

- 25 É nessa fricção entre dois territórios - o do poder público e o da população ilhota - que se conduz uma produção imaginária e de conformação de identidade e estereótipos (Herzfeld 2016). Pois assim como a falta de transparência dos procedimentos burocráticos de inscrição a que os residentes da ilha são submetidos, também o que se comenta entre os moradores é exatamente que pouco se sabe sobre o “real” destino da ponte; algo não se sustenta na pretensa organização do poder público e seu aparato burocrático, em que o papel dos laudos técnicos e projetos acabam por não demonstrar uma eficácia pragmática no cotidiano (Maricato 2000). O que se sabe é que DNIT, Ministério das Cidades, FEPAM e mais inúmeros órgãos e empresas envolvidas nesse empreendimento tendem a sustentar sua estrutura ritualística de tramitações de ofícios, laudos, autorizações dentre outros documentos implicados na administração da obra, como uma forma sistemática que “expia” a responsabilidade, contudo, gerencia o poder. Dessa forma, o Estado vai “des-incorporando” à medida que divide burocraticamente as responsabilidades; não constitui nenhum “corpo responsável” em que possa recair de fato alguma evidência de erro ou descaso.
- 26 Durante mais de quatro anos desde que essas pessoas foram cadastradas não houve sinais de que medidas seriam tomadas diante da possibilidade das remoções do território da ilha. Frente a isso, foram inevitáveis as mudanças ocorridas na configuração daquele território: famílias se tornaram maiores, pessoas se mudaram, novas casas foram construídas. Essas mudanças ao longo dos anos demonstraram ser um elemento gerador de conflitos frente à retomada das obras e chegada das máquinas à ilha no ano de 2017.

- 27 Os efeitos psicossociais enfrentados pelos moradores também diversas vezes demonstravam conflitos internos na comunidade, havendo discórdia por informações privilegiadas sobre o futuro das remoções, mesmo que não fossem verdadeiras. Ademais, pude presenciar relatos referentes às coerções exercidas sobre moradores que por vezes modificaram suas residências frente ao regramento da data de congelamento - “[...]Jali a mulher foi fazer uma casinha na frente ali...vieram ali e botaram abaixo! [...] Uma pouca de uma vergonha, a casa da mulher caída ela não pode arrumar” (Jane 2017).
- 28 O “desenvolvimento” opera de maneira classificatória estabelecendo taxonomias de povos, sociedades e regiões (Ribeiro 2008:118). Nessa circunscrição de pessoas em procedimentos de identificação em categorias bem como na produção de um imaginário de burocracia e poder público, através dos quais os estereótipos formulados nessas relações acabam por conformar a burocracia (Herzfeld 2015), é onde a indiferença se fez prevalecer como discurso e onde o poder atua sem ter um rosto. Alguns mecanismos burocráticos se fazem de setores desnecessários e de excessiva demanda de comprovações documentais, mas um dos alicerces de sustentação dessa sistemática de poder é que há um saber disciplinar envolvido, bem como sujeitos por trás das siglas e dos balcões, assim como, o interesse em que os procedimentos e estereótipos deste “enredo burocrático” se perpetuem pelos agentes e usuários. O que temos é uma configuração quase teológica: uma teodiceia. Nisso reside o fato de que nossas vidas também partilham seu tempo com o tempo das normas, ordens e rituais que partilhamos, voluntária ou involuntariamente; o seu tempo é absorvido no espaço do burocrata (Herzfeld 2015:160).

Considerações Finais

- 29 No presente artigo busquei analisar as formas da gestão estatal do empreendimento da nova ponte do Guaíba, uma das obras urbanas de maior porte ocorrida nos últimos anos em Porto Alegre, e seus impactos sobre parte da população da Ilha Grande dos Marinheiros. A partir dos materiais etnográficos da minha pesquisa revisitados neste texto, o relacionamento entre agentes públicos e as comunidades inseridas no contexto de grandes empreendimentos é apreendido em seu conjunto de eventos e práticas nas quais busquei analisar os efeitos do poder estatal e suas práticas de gerenciamento de territórios e vidas.
- 30 O conjunto de técnicas e procedimentos operados pelo Estado no gerenciamento das comunidades impactadas, alguns destes explorados aqui - práticas de identificação, cadastramento, transparência (ou não) acerca das políticas de remoção, reuniões e audiências -, influenciam projetos de vida, relações afetivas dos sujeitos com o seu futuro e, conseqüentemente, afetam de maneira subjetiva as experiências das pessoas com o território.
- 31 As conseqüências de tais operações e suas implicações políticas configuram o que procurei caracterizar anteriormente como *processos de inscrição*. Esses processos consistem em mecanismos de enredamento dos sujeitos em novos regimes de existência (Agamben 2015) provocando diferentes formas de relação política no âmbito da *vida pública* e produzem ideias de cidade, de uma ideologia de urbanidade.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. 2015. Meios sem fim: notas sobre a política. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- ARAÚJO, Pedro Xavier de; CAMPOS, Heleniza Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. 2016. Governança metropolitana frente aos desafios da implementação do estatuto da metrópole: uma reflexão a partir da região metropolitana de Porto Alegre (RS). In: COSTA, Marco Aurélio; MARX, Vanessa (org). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições a habitat III. 1 ed. Editora/Universidade UFRGS, 2016. p.17-42
- . Porto Alegre.
- CORRÊA, Gilson César Piantá; FEDOZZI, Luciano Joel Fedozzi; LIMA, Priscila Gualberto de. Participação social e habitação popular: paradoxos e dilemas da participação institucionalizada. In: COSTA, Marco Aurélio; MARX, Vanessa (org). Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições a habitat III. 1 ed. Editora/ Universidade UFRGS, 2016. p.43-73. Porto Alegre.
- DNIT. Tomo I –Prévia interlocução com as entidades públicas e identificação e mobilização das comunidades atingidas. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014
- DNIT. Tomo II – Cadastramento socioeconômico. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.
- DNIT. Tomo III – Programas de compra assistida e abrigo provisório. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.
- DNIT. Tomo IV – Prospecção de áreas para reassentamento. In: Projeto executivo de reassentamento, diagnóstico para reassentamento; volume 3D4. 2014.
- FOUCAULT, Michel. 1999. Aulas de 7, 14, 21 e 28 de janeiro de 1976. In: Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. p. 3 – 98.
- HERZFELD, Michael. 2016. A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Rio de Janeiro: Vozes.
- LEFEBVRE, Henri. 2001. O direito à cidade. 5ª ed. São Paulo: Centauro.
- MAGALHÃES, Alexandre. 2019. Estratégias de gestão populacional nos processos de remoção de favelas no Rio de Janeiro: o “tempo do rumor” e os “agentes públicos informais”. In: Carla Costa Teixeira, Andréa Lobo, Luiz Eduardo Abreu (org.), Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações. pp. 53-70.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2003. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. In: Revista Tempo Social – USP. São Paulo: Editora USP. pp. 81- 96.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.
- MÜLLICH, Ecléa Pérsigo Morais. Ocupação urbana em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/ RS. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2011.

NECTOUX, André Silva. Eles falam com a gente, mas fica só na conversa: burocracia, indiferença e os impactos da gestão da obra da Nova Ponte do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2017. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/197645> >. Acesso em: 23 de março de 2020.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008. Poder, rede e ideologia no campo do desenvolvimento. In: Revista Novos Estudos, CEBRAP. São Paulo. edição 80, volume 27. pp. 109-125.

SANTOS, Milton. 1993. A urbanização pretérita. In: A urbanização brasileira. São Paulo. Editora HUCITEC. pp. 17-28.

_____. 1993. A nova urbanização: diversificação e complexidade In: A urbanização brasileira. São Paulo. Editora HUCITEC.. In: A urbanização brasileira. São Paulo. Editora HUCITEC. pp. 49-56.

VELHO, Gilberto. 2013. Conclusões de A utopia urbana. In: CASTRO, Celso; KUSCHNIR, Karina; VIANNA, Hermano. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar. p. 29-35.

WEBER, Max. 1985. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Editora.

NOTAS

1. Em 2017 o DNIT não obteve a autorização do governo municipal para a implantação de unidades habitacionais na ilha, opção essa de preferência de muitos moradores conforme informações advindas dos cadastros realizados em 2014. Sendo assim, muitos dos moradores acabaram por migrar suas escolhas para a “compra assistida” e deixaram a ilha. Foi possível apreender nos relatos coletados durante as entrevistas que o desejo de permanência envolvia, dentre os fatores, a liberdade construtiva nas moradias; ausência de custos com taxa de água e IPTU, em várias ocasiões; a viabilidade de realizar a triagem e armazenagem do material reciclável, atividade essa que compunha a renda de diversas famílias residentes na ilha.

RESUMOS

O presente artigo procura analisar elementos das formas com que o Estado gerencia processos de remoção urbana e seus efeitos sobre a população diretamente impactada por transformações em territórios urbanos, neste caso, da cidade de Porto Alegre/RS. Através do percurso etnográfico que realizei junto aos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, uma das regiões de maior influência da obra da Segunda Ponte do Guaíba, pude colher algumas impressões acerca dos efeitos da agência estatal e do enredamento burocrático da população periférica desta ilha em práticas que chamo de *processos de inscrição*. Diante de um determinado planejamento urbano, a comunidade em questão viu-se inserida em uma “gramática” própria dos sistemas burocráticos e

teve seu futuro impactado pela maneira com que o empreendimento da ponte veio a ser implementado.

The present article aims to analyze some elements of the ways that the State manages urban removals procedures and the effects to the directly impacted population through transformations on the urban territory, in this case, of Porto Alegre/RS. Through the ethnographic route that I followed along with the residents of the Ilha Grande dos Marinheiros, one of the regions under major influence of the Second Guaíba Bridge construction, I gathered some impressions about the effects of the state agency and the bureaucratic entanglement of the peripheral population of this island in practices here called inscription processes. Against a determined urban planning, the community in case saw itself inscribed through the bureaucratic systems' exclusive "grammar" and had its future impacted by the way with the development of the bridge was carried out.

ÍNDICE

Keywords: urban removal, bureaucracy, state agency, identity, inscription

Palavras-chave: remoção urbana, burocracia, agência estatal, identidade, inscrição

AUTOR

ANDRÉ SILVA NECTOUX

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA)

Graduado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS) Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail : andresnectoux@gmail.com

ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-4245-0707>